



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
PRAÇA CÍVICA, 300 - Bairro CENTRO - CEP 74003-010 - Goiânia - GO - www.tre-go.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA

SEI 24.0.000005396-8

1. Objeto

1.1. Evento: 38º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo

1.2. Instituição promotora do evento: *INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO* - CNPJ: 29.419.181/0001-77.

1.3. Quantitativo de vagas: 08 (oito) inscrições.

1.4. Justificativa: Aprimorar a capacitação do servidores que atuam na Administração, mediante atualização dos conhecimentos (ID 0769322).

"O Congresso Brasileiro de Direito Administrativo é um verdadeiro encontro de gigantes do Direito Administrativo. A participação dos maiores nomes do Direito Administrativo, advogados e advogadas, autoridades do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas confere ao evento uma dimensão única e inestimável. A presença dos ilustres juristas, dedicados aos temas mais palpitantes, em painéis, oficinas e conferências, enriquece as discussões e consolida o congresso como um espaço de networking, permitindo o estabelecimento de conexões valiosas para o avanço do Direito Administrativo" (38º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA).

1.5. Valor Total da contratação: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Obs: Ainda que a Nota de Empenho seja emitida após o dia 31/07/2024, será mantido o valor do segundo lote, conforme e-mail encaminhado pela empresa (ID 0864039).

1.6. Data do Evento: 8 a 10 de outubro de 2024.

1.7. Modalidade: Presencial.

1.8. Carga Horária: 30 (trinta) horas.

1.9. Conteúdo Programático (ID 0822186):

1. PRIMEIRO DIA - 08/10/2024.

9h - Abertura (TEATRO) Presidente de Mesa: Cristiana Fortini (MG) - Presidente do IBDA

9h40 - Homenagem Prof. Clovis Beznos Presidente de mesa: Fabio Santana (Procurador do Município de São Paulo) Dinorá Adelaide Musseti Grotti (SP) - Professora de Direito Administrativo na PUCSP Clovis Beznos (SP) - Mestre e Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP

10h - Conferências de Abertura (TEATRO) Presidente de mesa: Antônio Nominando Diniz (PB) - Presidente do TCE-PB Conferência Tema: "Nova lei de Licitações e o papel dos Tribunais de Contas" Ministro Benjamin Zymler (RJ) - Ministro do TCU Conferência tema: O consequencialismo no Direito Administrativo e suas implicações Professor Marçal Justen Filho (SP) - Mestre e Doutor em Direito Público pela PUCSP

12h00 - Intervalo para almoço

14h - Painel 1 (TEATRO) - Planejamento das compras públicas e os destaques dos regulamentos federais. Presidente de Mesa: Anastacia Melo (PB) - Assessora Técnica da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos Carolina Zancaner (SP) - Procuradora da Fazenda Nacional Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (DF) - Advogado, Professor Maria Sylvia Zanella Di Pietro (SP) - (Mestre, Doutora e Livre-Docente pela Faculdade de Direito da USP Roberto Pojo (DF) - Secretário de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

14h - Painel 1A (SALA A) - Lei nº 13.303/16 e Governança nas Empresas Estatais: boas práticas, avanços e retrocessos Presidente de Mesa: a confirmar Elisa Vieira Leonel (DF) -Secretaria de Coordenação das empresas estatais do Ministério da Gestão e Inovação Licurgo Mourão (MG) - Conselheiro Substituto do TCEMG Mario Spinelli(RJ) - Diretor de Governança e Conformidade da Petrobras

15:30 Coffee break

16h - Painel 2 (TEATRO) -Contratos Administrativos: aspectos econômicos e melhores práticas. Presidente de Mesa: Fabio Andrade (PB) -Procurador Geral do Estado da Paraíba Bradson Camelo (PB) - Procurador Geral do MP de Contas da Paraíba Marcos Nobrega (PE) - Conselheiro do TCE-PE

16h – Paineis 2A (SALA A) – Novo Regulamento de Contratações das Entidades do Sistema S Presidente de Mesa: Gabriela Galvão (PB) - Vice Presidente do Instituto de direito Administrativo da Paraíba Adilson Dallari (SP) - Doutor e Professor Titular de Direito Administrativo da PUC-SP Edgar Guimaraes (PR) - Pós-Doutor e Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP José Anacleto Abduch Santos (PR)- Procurador do Estado do Paraná

17h30 – Paineis 3 (TEATRO) - Pinga Fogo: perguntas da plateia: Licitações e Contratos. Presidente de Mesa: Karina Harb(SP) – Assessora de Controle Externo do TCM-SP Daiesse Bonfim (SP) - Auditora de Controle Externo no TCM-SP Joel Menezes Niebuhr (SC) - Doutor em Direito Administrativo pela PUC-SP Rafael Sergio de Oliveira (PE) - Procurador Federal da AGU - PE/DF Tatiana Camarão (MG) - Mestre em Direito Administrativo pela UFMG Victor Amorim (GO) - Doutor em Direito do Estado pela UnB

17h30 – Paineis 3A (SALA A) - Soluções de controvérsias com a Administração Pública (arbitragem, dispute board, termos de ajustamento) Presidente de Mesa: Patricia Veronica Sobral de Souza (SE) - Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Sergipe Flávia Bittar (MG) - Presidente da CAMARB – Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial-BR Flávio Garcia Cabral (MS) - Procurador da Fazenda Nacional Luciano Ferraz (MG) - Professor de Direito Administrativo da UFMG e PUC-MG Rafael Wallbach Schwind (PR) - Doutor e Mestre em Direito do Estado pela USP.

2. SEGUNDO DIA – 09/10/2024

9h – Paineis 4 (TEATRO) - Controle de Políticas Públicas pelos Tribunais de Contas Presidente de Mesa: Givonaldo Rosa Rufino (PB) - consultor Jurídico do TCE-PB Adriana Schier (PR) - Presidente do IPDA Edilberto Carlos Pontes Lima (CE) - Presidente do TCE-CE e Presidente do IRB Fabricio Motta (GO) - Conselheiro do TCM-GO Ricardo Schneider (AL) - Subprocurador-Geral do MPTCE de Alagoas

9h – Paineis 4A (SALA A) - Principais nulidades na condução dos processos administrativos disciplinares Presidente de Mesa: Vladimir França (RN) - Professor Titular de Direito Administrativo da UFRN Anderson Pedra (ES) - Procurador-Geral da AL-ES Edilson Pereira Nobre Junior (PE) - Desembargador Federal da 5ª Região- PE José dos Santos Carvalho Filho (RJ) - Procurador de Justiça do Estado do Rio de Janeiro Sergio D’Andrea Ferreira (RJ)- Desembargador Federal da 2ª Região.

10:30h – Paineis 5 (TEATRO) - Agências Reguladoras, Tribunais de Contas e a Agenda ESG Presidente de Mesa: Eurico Soares Montenegro Neto (RO) - Presidente do Instituto Rondoniense de Direito Administrativo Heloisa Helena Godinho (GO) - Conselheira Substituta do TCE-GO Ligia Melo Casimiro (CE) - Professora Doutora de Direito Administrativo da UFC-CE Thiago Marrara (SP) - Professor de Direito Administrativo da USP

10:30h – Paineis 5A (SALA A)- Inovações nos concursos públicos: vagas reservadas, políticas públicas de inclusão e concurso unificado. Presidente de Mesa: Joao Paulo Lacerda (MS) – Presidente do Instituto de Direito Administrativo do Mato Grosso do Sul Caroline Bittencourt (SC) - Pós doutora em Direito e Professora da UNISC Fabio Lins de Lessa Carvalho (AL) - Procurador do Estado de Alagoas Florivaldo Dutra de Araújo (MG) – Professor de Direito Administrativo da UFMG e Procurador da ALMG

12h - Intervalo para o almoço

14h – Paineis 6 (TEATRO)- LINDB e o Direito ao Erro do agente público Presidente de Mesa: Daniela Melo Coelho Haikal (MG) - Analista de Controle Externo do TCEMG Carlos Nitão (PB) - Procurador Federal AGU-PB Juliana Palma (SP) - Mestre e Doutora pela Faculdade de Direito da USP Rafael Ramos (RS) - Procurador do Município de Porto Alegre

14h – Paineis 6A (SALA A) - LGPD na Administração Pública: cautelas e medidas necessárias diante das primeiras punições pela ANPD Presidente de Mesa: Erika Lacet (PE) - Controladora geral de Pernambuco Daniel Ferreira (PR) - Pós-Doutor pelo Ius Gentium Conimbrigae -FDUC Juliano Heinen (RS) - Procurador do Estado do RS Rodrigo Pironti (PR) - Doutor e Mestre em Direito Econômico e Social pela PUC-PR

15h30 - Coffee break

16h – Paineis 7 (TEATRO)- Acordos de Leniência: atores, possibilidades de negociação e os aspectos polêmicos Presidente de Mesa: Antonio Rodrigo Machado (DF) - Vice-Presidente do IDADF Mauricio Zockun (SP) – Advogado e Professor de Direito Administrativo da PUC-SP Vania Vieira (DF) - Secretária Executiva da CGU Augusto Dal Pozzo- Advogado e Professor de Direito Administrativo da PUC-SP

16h – Paineis 7A (SALA A) - Inteligência Artificial na Administração Pública: governança, possibilidades e cuidados Presidente de Mesa: Ariane Sherman (MG)- Doutoranda em Direito pela UFMG José Sérgio da Silva Cristóvam (SC) - Professor de Direito da UFSC Juarez Freitas (RS) - Professor Titular do Mestrado e do Doutorado em Direito da PUC-RS Vanice Lírio do Valle (RJ) Ex- Procuradora do Município do RJ

17h30 - Paineis 8 (TEATRO) - Pinga-fogo: Lei anticorrupção. Perguntas da plateia. Presidente de Mesa: Renata Fabris (RO) - Advogada Administrativista Fernanda Fritoli (SP) - Doutoranda em Direito Administrativo e Mestre pela PUC-SP Francisco Zardo (PR) – Presidente da comissão de função sancionatória do IBDA Luciano Reis (PR) – Professor Doutor em Direito Administrativo Rogerio Gesta Leal (RS) - Desembargador do TJRS

17h30 – Paineis 8A (SALA A) – Debate: Há constitucionalidade no controle das redes sociais? Presidente

de Mesa:: Jader Ferreira Guimarães (ES) - Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP Daniel Wunder Hachem (PR) - Pós-Doutor e Professor de Direito da PUC-PR e UFPR Emerson Moura (RJ) - Professor de Direito da UNIRIO Eurico Bitencourt Neto (MG) - Professor da UFMG e Doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa Fábio Sousa Santos (RO) - Procurador do Estado de Rondônia Vivian Lima Lopez Valle (PR) - Professora Titular de Direito Administrativo da PUC-PR Weida Zancaner (SP) - Mestre e Especialista em Direito Administrativo pela PUC-SP

3. TERCEIRO DIA – 10/10/2024.

9h – Painel 9 (TEATRO) - Debate: Enunciados do IBDA sobre Improbidade Administrativa
Presidente de Mesa: Juscimar Pinto Ribeiro (GO) - Presidente do IDAG Ana Cláudia Finger (PR) - Desembargadora do TJPR Irene Nohara (SP) Professora da Universidade Mackenzie) Ismar Viana (SE) (Auditor de Controle Externo do TCE-SE) Marcelo Harger (SC) Doutor e Mestre em Direito do Estado pela PUCSP e Advogado Raquel Carvalho (MG) - Procuradora do Estado de MG

9h – Painel 9A (SALA A) – Concessões: reequilíbrios cautelar e automático, repartição de riscos e segurança jurídica. Presidente de Mesa: Fábio Bandeira de Mello (AM) - Presidente do IADA André freire (SP) – Professor da PUC-SP e Advogado Marcos Peres (SP) - Professor de Direito Administrativo da USP e Advogado Natalia Resende Andrade Ávila- Procuradora Federal e Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo

10h30 – Painel 10 (TEATRO) - Improbidade Administrativa: Acertos e desacertos das decisões judiciais após a alteração legal Presidente de Mesa: Ana Maria Barata (PA) - Mestre em Direito Administrativo e professora da UFPA Marcio Cammarosano (SP) - Professor, Doutor e Mestre em Direito pela PUC-SP e Advogado Rodrigo Valgas (SC) - Professor, Doutor e Mestre em Direito Administrativo e Advogado Keity Saboya (RN) - Juíza de Direito do TJRN atualmente auxiliando a Presidência do CNJ

10h30 – Painel 10A (SALA A) - Experiências exitosas na concessão de uso de praças e parques naturais e urbanos. Presidente de Mesa: Lilian Azevedo (BA) - Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais – ANPM André Saddy (RJ) - Professor de Direito Administrativo da UFF e da PUC-Rio Marcela Santos (SP) - Diretora de projetos de São Paulo Parcerias Sérgio Lopes Cabral (MG) – Diretor de Gestão de Ativos e Mercado - CODEMGE

12h00 - Intervalo para o almoço

14h – Painel 11 (TEATRO) – Reforma Administrativa : a quem interessa? Presidente de mesa: Márcio Augusto Moura de Moraes (PA) Presidente do Instituto de Direito Administrativo do Pará Paulo Modesto (BA)- Promotor de Justiça do Estado da Bahia e Professor da UFBA Flavio Unes (SP) - Diretor Titular Jurídico-Estratégico da FIESP e Professor de Direito Administrativo Maria Tereza Fonseca Dias (MG) - Professora da UFMG e Advogada

14h – Painel 11A - Sustentabilidade, Governança e as Normas de Referência da ANA Presidente de mesa: a confirmar Ana Carolina Argolo (DF) Diretora-presidente interina da Agência Nacional de Águas de Saneamento Básico ANA Claudio Terrão (MG) - Conselheiro TCE-MG Maria Fernanda Veloso Pires (MG) - Doutora em Direito Público pela PUC Minas

15h30 - Coffee break

16h - Palestras de encerramento (TEATRO) Palestra - Tema: Os Poderes do Estado como nascente, corrente e foz de um mesmo rio decisório- Da trajetória que vai da Suprema Lei ao Supremo Tribunal Federal Ministro Carlos Ayres Britto - Ministro do STF Presidente de mesa: Pedro Paulo de Almeida Dutra(MG) Professor Titular de Direito Administrativo da UFMG Palestra: tema a definir Ministra do STJ Regina Helena Costa (SP) (a confirmar) Presidente de mesa: João Batista Moreira- Desembargador Presidente do TRF 1ª Região

Palestra - Tema: Os Poderes do Estado como nascente, corrente e foz de um mesmo rio decisório- Da trajetória que vai da Suprema Lei ao Supremo Tribunal Federal Ministro Carlos Ayres Britto - Ministro do STF

Presidente de mesa: Pedro Paulo de Almeida Dutra(MG) Professor Titular de Direito Administrativo da UFMG

Palestra: tema a definir Ministra do STJ Regina Helena Costa (SP) (a confirmar)

Presidente de mesa: João Batista Moreira- Desembargador Presidente do TRF 1ª Região

1.10. Das Avaliações: Serão aplicadas pela Seção de Capacitação as avaliações abaixo:

- Reação e Aprendizagem;
- Aplicação e Resultado.

2. Fundamentação da contratação

Considera-se que o servidor, por ser um agente de transformação do Estado e estar a serviço da sociedade, deverá possuir a capacidade de atuar em atividades diversas, comprometido com a ética e com os princípios constitucionais,

buscando o bem comum a partir de um sistema de atualização permanente.

A Política Nacional de Formação e Desenvolvimento dos Servidores do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ n. 192/2014, reconhece a necessidade de fomentar e viabilizar o desenvolvimento de servidores com vistas ao aperfeiçoamento institucional dos órgãos do Poder Judiciário.

A demanda fundamenta-se, também, na Resolução TSE n. 22.572/2007, que estabelece o Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento de servidores da Justiça Eleitoral com vistas à formação, atualização e aperfeiçoamento contínuo dos servidores da Justiça Eleitoral.

A contratação em referência está, ainda, em consonância com a Resolução TRE-GO n. 286/2018 que dispõe sobre a política de educação e desenvolvimento dos servidores no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, que assim pondera: *"A política de Educação e Desenvolvimento dos Servidores compreende todas ações voltadas para o desenvolvimento integral dos servidores no âmbito institucional, que oportunizem a formação, a atualização, o aperfeiçoamento e a qualificação contínua"*.

Oportuno destacar que o evento em comento agregará valor ao Macroprocesso *"Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas"*, insertos no Mapa Estratégico deste Tribunal.

A contratação ampara-se nos elementos contidos neste Termo de Referência, bem como no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei n. 14.133/2021.

Como é sabido, as contratações públicas devem ser precedidas de licitação, assegurada, especialmente, a igualdade de competição entre os concorrentes. Desta forma, em regra, toda aquisição deve ser precedida de licitação, que, atualmente, pode ser regida tanto pela Lei n.º 8.666/93, quanto pela Lei n. 14.133/2021, as quais regulamentam o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e instituem normas para licitações e contratos da Administração Pública. Daí, legítimo concluir que o dever de licitar é imperativo constitucional imposto a todos os entes da Administração Pública.

Porém, a lei indica hipóteses nas quais o procedimento licitatório não é exigido. Nessas hipóteses, chamadas de contratação direta, a aquisição prescinde da realização de prélio licitatório prévio.

No caso dos autos, dada a especificidade do serviço contratado e a especialização da empresa e dos profissionais responsáveis pelo treinamento, é inviável a realização de licitação, porquanto somente essa empresa poderá prestar o serviço de capacitação almejado.

É bem isso o que prescreve o inciso III do art. 74 combinado com o inciso XVIII do art. 6, ambos da Lei n. 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

[...]

Art. 6.º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

[...]

A esse respeito, o TCU editou a Súmula nº 252, cujo teor é o seguinte:

"A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado".

Sob esse aspecto o seguinte posicionamento do Supremo Tribunal Federal em que se explicitou o requisito da "confiança" como um dos elementos justificadores da contratação direta de serviços especializados:

"Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do

contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (AP 348, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 15/12/2006, DJe-072 DIVULG 02-08-2007 PUBLIC 03-08-2007 DJ 03-08-2007 PP-00030 EMENT VOL-02283-01 PP-00058 LEXSTF v. 29, n. 344, 2007, p. 305-322) (grifei)

Em referência à notória especialização, ressalte-se que esta característica não é exclusiva da instituição que se pretende contratar, mas, também - e talvez até mesmo principalmente - do seu corpo técnico. Tanto é verdade, que o § 4º do art. 74 da Lei nº 14.133/2021 proíbe a subcontratação "de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade", obrigando, portanto, que os referidos integrantes realizem pessoal e diretamente os serviços objeto do contrato.

Cabe destacar importante lição do jurista Jacoby Fernandes, in *Contratação Direta Sem Licitação*, p. 149:

[...]

A lei estabelece os parâmetros a serem utilizados para aferição da notoriedade, com o fito de reduzir a margem de discricionariedade e subjetivismo. A lei refere-se ao conceito do profissional ou empresa, para depois estabelecer que aquele deve adir do:

- a) desempenho anterior, pouco importando se foi realizado para a Administração pública ou privada; pode inclusive ocorrer de uma empresa recém-criada ter profissionais que de longa data sejam notórios especialistas;
- b) estudos, publicados ou não, que tenham chegado ao conhecimento da comunidade da área da atividade;
- c) experiências em andamento ou já concluídas com determinado grau de êxito, capazes de constituir uma referência no meio científico;
- d) publicações, próprias do autor ou incluídas em outros meios de divulgação técnica, revistas especializadas, internet, periódicos oficiais ou não;
- e) organização, termo que se emprega como de signativo da forma de constituição da entidade e seu funcionamento, mas que, considerada individualmente, não caracteriza a inviabilidade de competição; somente após o fato de a organização ter conceito destacado com a comunidade dos profissionais do setor;
- f) aparelhamento, significando a posse do equipamento e instrumental necessário ao desempenho da função que, pelo tipo, qualidade ou quantidade, coloque o profissional entre os mais destacados do ramo de atividade;
- g) equipe técnica, conjunto de profissionais vinculados à empresa que se pretende notória especialista, ou mesmo ao profissional, pessoa física, firma individual. Pode a notoriedade ser aferida pelo nível de conhecimento e reputação dos profissionais ou esse fator constituir um dos elementos da aferição de um conjunto de fatores. Em seminário promovido na cidade do Recife, pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas daquele Estado, foi questionado se uma empresa recém-constituída poderia pretender ser contratada com inexigibilidade de licitação, por possuir em seus quadros um profissional de notória especialização. A resposta é afirmativa, porque nesse caso as qualidades do agente agregam-se à instituição à qual serve, ensejando uma aferição direta do profissional que a empresa oferece. Só há restrição à contratação de profissional por interposta pessoa no inciso III desse mesmo artigo. Deve ser lembrado que o § 4º do art. 74 da Lei de Licitações atual estabeleceu vedação à subcontratação. Desse modo, o gestor do contrato representante da Administração deverá verificar, no caso de inexigibilidade, se os agentes arrolados como integrantes da equipe técnica estão efetivamente ocupando-se da execução do serviço, ou supervisionando diretamente a execução. Caso relevante foi apreciado pelo colendo TCU, que entendeu afastada a notória especialização numa determinada situação, em que houve a contratação direta de advogado de renome, o qual, mais tarde, substabeleceu em favor de seu filho os mandatos outorgados, demonstrando que a licitação era viável;
- h) outros requisitos relacionados com suas atividades.

[...]

Isso posto, da análise dos currículos dos instrutores que irão compor o curso em comento, verifica-se a vasta experiência prática e especialidade na temática:

Nome e currículo dos instrutores disponível no link: <https://congresso.ibda.com.br/> e no ID: 0822186

3. Descrição da solução como um todo

3.1. O curso deverá ser ministrado na **modalidade presencial**, pelo corpo docente indicado na proposta da empresa **INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO**, e transcrito neste Termo de Referência, dentro da temática descrita no Modelo de Execução.

3.2. Objetivos:

3.2.1. A participação no Congresso é necessária pois abarca as mais importantes matérias de Direito Administrativo da atualidade (servidores públicos, contratos, improbidades administrativas, dentre outros) ID 0763945.

3.3. Todo material de apoio deverá ser disponibilizado pela Contratada, com vinte e quatro horas de antecedência, no mínimo.

3.4. O certificado será enviado, em um prazo de **até cinco dias úteis após a conclusão do curso**, ao e-mail do

participante que tiver cumprido a carga horária mínima de oitenta (80%).

4. Requisitos da contratação

4.1. A Contratada deverá disponibilizar o serviço de acordo com o que foi apresentado na proposta comercial (carga horária, modalidade, período de realização, conteúdo programático e os materiais didáticos).

4.2. O curso deve ser ministrado conforme indicado na proposta da Empresa INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO - CNPJ: 29.419.181/0001-77

4.3. A contratada deverá atender aos requisitos estabelecidos para a contratação direta via inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso III, letra "f", da Lei n. 14.133/2021, quais sejam:

- a) serviços técnicos especializados;
- b) natureza predominantemente intelectual; e
- c) notória especialização.

4.4. A contratada deverá observar, no que couber, critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos do Plano de Logística Sustentável (Portaria N. 35/2021 da Diretoria- Geral do TRE-GO).

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, pelas razões abaixo justificadas:

- a) Não haverá pagamentos antecipados;
 - a.1.) ao final de cada treinamento poderá a contratada requerer o pagamento relativo àquela capacitação, conforme valores contidos na proposta;
 - b) Trata-se de serviço sem dedicação exclusiva de mão de obra, que não enseja eventual responsabilização da Administração por encargos previdenciários ou trabalhista;
 - c) Não impacta a continuidade da prestação dos serviços públicos.

4.7. O evento/curso deve ser adequado à realidade do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.

4.8. Os instrutores deverão ser pessoas de notório saber na temática do evento.

4.9. O curso/evento deverá ser realizado na modalidade presencial.

5. Modelo de execução

5.1. Data do evento: 8 a 10 de outubro de 2024.

5.2. Horário da entrega/prestação dos serviços: de acordo com a programação ID 0822186.

5.3. Local da entrega/prestação dos serviços: *Presencial* conforme ID 0822186.

5.4. Materiais a serem disponibilizados: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar o material didático.

6. Modelo de gestão

6.1. Obrigações da Contratante:

6.1.1. Prestar as informações que venham a ser solicitadas pela Contratada;

6.1.2. Nomear Gestor e Fiscais do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução;

6.1.3 Notificar, formalmente, por meio do fiscal ou gestor do contrato, a Contratada para fins de início de contagem do prazo de execução/fornecimento, mediante encaminhamento da nota de empenho ou instrumento equivalente, da ordem de serviços ou da ordem de fornecimento, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

6.1.3.1. As comunicações entre Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, ART. 44, § 2º).

6.1.4. Verificar a conformidade do objeto adquirido ou da prestação dos serviços prestados com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta;

6.1.5. Registrar as ocorrências que estejam em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, solicitando a Contratada a pronta regularização;

6.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência, desde que sejam observadas as condições contratuais;

6.1.7. Aplicar as sanções administrativas regulamentares, conforme previsto neste Termo de Referência e/ou no

Contrato;

6.1.8. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto contratado, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.1.9. Promover a inscrição dos servidores no evento.

6.1.10. Comunicar aos servidores inscritos as orientações em relação ao evento disponibilizadas pela Contratada.

6.1.11. Encaminhar à Contratada os nomes dos servidores inscritos.

6.2. Obrigações da Contratada:

6.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução da contratação;

6.2.2. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação, devendo comunicar ao Contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

6.2.3. Cumprir os prazos e demais condições previstas neste Termo de Referência e seus anexos;

6.2.4. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

6.2.5. Ministrará o curso de acordo com sua proposta, cumprindo todo o programa apresentado para a capacitação;

6.2.6. Observar durante a execução dos serviços contratados o fiel cumprimento de todas as leis federais estaduais e municipais vigentes ou que venham a vigor sendo a única responsável pelas infrações que venham a ser cometidas;

6.2.7. Fornecer material didático para os participantes e material de apoio para o professor, caso seja necessário;

6.2.8. Entregar os certificados de conclusão do curso, individualizados por servidor;

6.2.9. Comunicar a contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução dos serviços e repassar ao fiscal da contratação, em tempo hábil, quaisquer justificativas de situações específicas que envolvam impedimento do cumprimento dos termos do Termo de Referência, por razões alheias ao controle da Contratada;

6.2.10. Manter sigilo de todos os dados ou informações da Contratante obtidas em função da execução dos serviços;

6.2.11. Fornecer à sua equipe técnica, se for o caso, todos os materiais necessários para a prestação dos serviços;

6.2.12. Emitir fatura, encaminhando-a ao fiscal do contrato, indicado pelo TRE-GO;

6.2.13. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Contratante, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução da contratação;

6.2.14. Responsabilizar-se por todos os encargos securitários, fiscais e comerciais resultantes desta contratação, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste ajuste;

6.3. Da fiscalização

6.3.1. A execução do objeto contratado deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da contratação, ou pelos respectivos substitutos.

6.3.1.1. Gestor da contratação: Sérgio da Silva Ribeiro;

6.3.1.2. Gestor substituto: Bianca Thais de Souza Crocamo;

6.3.1.3. Fiscal da contratação: Bianca Thais de Souza Crocamo;

6.3.1.4. Fiscal substituto: Julia Pittelkow Albuquerque Montes.

6.3.2. O fiscal deverá:

a) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto contratado, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

b) Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

c) Promover a notificação da Contratada para fins de início de contagem do prazo de execução, mediante encaminhamento da nota de empenho ou instrumento equivalente;

d) Exigir o cumprimento integral das obrigações pactuadas na contratação;

e) Emitir parecer técnico sobre eventuais modificações contratuais requeridas pela Contratada;

f) Providenciar o registro e a notificação da Contratada em caso de descumprimento de obrigações contratuais;

g) Realizar os procedimentos de recebimento e aceitação do objeto/serviço para fins de atestação e pagamento da despesa;

h) Propor eventuais aplicações de sanções administrativas em caso de descumprimento de obrigações previstas neste Termo de Referência;

i) Notificar a Contratada, por escrito, **no prazo de 3 (três) dias úteis** acerca de imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido ou no serviço executado, a fim de que seja substituído, reparado ou corrigido a suas expensas;

j) Notificar a Contratada, para apresentar defesa, nos casos em que couber.

6.4. Sanções:

6.4.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.4.2. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) **Multa moratória de 0,666%** (zero vírgula seiscentos e sessenta e seis por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o limite de 10% (dez por cento), recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

e) **Multa compensatória de 20%** (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

6.4.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.4.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º);

6.4.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de quinze dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

6.4.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

6.4.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativa mente no prazo máximo de cinco dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

6.4.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.4.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

6.4.8. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

6.4.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

6.4.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

7. Critérios e medição e pagamento

Recebimento provisório

7.1. Os serviços serão recebidos, provisoriamente, pelo fiscal ou equipe de fiscalização, de forma simples, no prazo de até dois dias úteis, contados do final de sua prestação.

7.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

7.1.2. Em caso de capacitações realizadas em módulos, o recebimento provisório deverá ocorrer ao final de cada módulo.

Recebimento definitivo

7.2. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até dez dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após verificação da documentação de habilitação fiscal, previdenciária e trabalhista da contratada, obediência do conteúdo programático, carga horária, expedição de certificados, pontualidade, material didático e, se for o caso, análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, dentre outros.

7.2.1. Em caso de irregularidade constatada, a contratante deverá solicitar à contratada, por escrito, as respectivas correções, em até três dias úteis.

7.2.2. A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço ou materiais empregados, em até cinco dias úteis, contados da sua notificação.

7.2.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações deste Termo de Referência e proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.4. As irregularidades constatadas e que não forem sanadas poderão resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada.

7.3 Na hipótese de a verificação não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto contratado.

7.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente de solução, pela contratada, inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

Nota Fiscal ou Fatura

7.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá entregue à contratante, em até cinco dias úteis, após o recebimento definitivo dos serviços.

7.6.1. Em caso de capacitações realizadas em módulos, deverá ser emitida uma Nota Fiscal/Fatura ao

final de cada módulo.

7.7. Quando houver glosa parcial do objeto, em razão de irregularidade detectada no recebimento definitivo (item 7.2.4), o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

7.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, a ser confirmada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n. 14.133/2021.

7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

7.10. Para fins de liquidação, a Nota fiscal/Fatura apresentada, ou documento de cobrança equivalente, deverá conter os seguintes elementos:

- a) prazo de validade;
- b) data da emissão;
- c) dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período respectivo das entregas;
- e) valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Pagamento

7.11. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, de acordo com o item 7.6., prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências.

7.12. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

7.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua aplicação se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = (6/100) / 365$	$I = 0,00016438$
		$TX = \text{Percentual da Taxa Anual} = 6\%$

7.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.16. Antes do pagamento à contratada ou, se for o caso, antes de cada pagamento, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação fiscal, previdenciária e trabalhista exigidas neste Termo de Referência.

7.17. Constatada ausência de regularidade da contratada (trabalhista, previdenciária e fiscal), deverá ser providenciado:

- a) cientificação da contratada, pelo meio mais célere de comunicação, para regularização em até cinco dias úteis ou apresentação de justificativa;
- b) abertura de processo para aplicação de penalidade, se não houver a regularização no prazo previsto na alínea a deste subitem e as justificativas não forem aceitas;
- c) o pagamento, no prazo legal, se condiciona ao atendimento das etapas previstas na alínea a deste subitem, observada a regularidade na prestação dos serviços; e,

d) abertura de processo para rescisão do contrato, se comportável na espécie, observado o devido processo legal.

7.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123/2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Forma e critério de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação com fundamento na hipótese do art. 74, inciso III, letra "f", da Lei nº 14.133/2021, devido à notória especialização dos profissionais que ministraram as palestras e, também, por sua experiência em eventos similares.

8.2. O prestador deverá comprovar sua notória especialização por meio de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato (art. 74, §3º).

8.3. Em virtude da singularidade da proposta apresentada que integra o presente Termo de Referência, entende-se, *s.m.j*, que a contratação em tela poderá ser realizada mediante inexigibilidade de licitação, com base no fundamento apontado no item 8.1.

8.4. Previamente à celebração do contrato ou instrumento equivalente, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.8. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.9. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.13. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.14. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.14.1. Habilitação Jurídica: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.14.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.14.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista.

8.14.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.14.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.15. Em caso de divergência entre disposições deste Termo de Referência e a proposta da contratada, prevalecerão as deste artefato.

9. Estimativa do valor:

Vê-se por meio da proposta contida no ID 0822186, elaborada pela empresa promotora do evento que o valor total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para 8 (oito) participantes é praticamente o mesmo praticado no mercado para o público em geral interessados na contratação do curso/evento; acostamos ao feito notas de empenho/fiscais (ID 0866336), bem como, tabela comparativa de preços (ID 0866336) a seguir apresentada com o propósito de auxiliar na justificativa dos preços a serem contratados *conforme determinação legal contida na Lei nº 14.133/2021, em seu art. 72, inc. VII, c/c art. 23, § 4º, in verbis:*

(...)

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

(...)

VII - justificativa de preço;

(...)

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

(...)

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

(...)

Para fins de cumprimento da Legislação que rege o tema em exame, foi feita a análise das Notas de Empenho (ID 0866336) apresentadas pela empresa "INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO", e verificamos que trata-se do **mesmo objeto a ser contratado no presente feito.**

OBS.: Tabela Preenchida com os Dados Acostados nas Notas de Empenho/Fiscais e Tabela Comparativa de Preços ID 0866336

Nome da Organização Pública/Privada	Nome do evento	Número de Participantes	Modalidades (Presencial/On-Line)	Quantidades de horas (carga horária)	Preço por hora/aula R\$	Valor Total do Curso	Período de Realização
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAJUTIBA/BA	38º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	01	PRESENCIAL	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	08 A 10 DE OUTUBRO DE 2024
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA	38º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	01	PRESENCIAL	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	08 A 10 DE OUTUBRO DE 2024
FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO/RJ	38º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	01	PRESENCIAL	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	08 A 10 DE OUTUBRO DE 2024

Observações:

1. Analisando a proposta contida no ID 0822186, **verifica-se que o valor do curso pretendido é praticamente o mesmo do praticado no mercado** pela Instituição de Ensino (*INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO*) para o público em geral interessados na contratação do curso/evento:

a) Valor total do investimento: R\$12.000,00 (doze mil reais);

Obs: Ainda que a Nota de Empenho seja emitida após o dia 31/07/2024, será mantido o valor do segundo lote, conforme e-mail encaminhado pela empresa (ID 0864039).

b) Carga horária do treinamento: 30 (trinta) horas;

c) Valor da hora/aula de treinamento: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

2. Ainda, conforme declaração e tabela comparativa da empresa (ID 0866336), destaca-se que os valores foram iguais para as contratantes, sendo o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) a hora-aula, seguindo os mesmos critérios de proporção aplicados na proposta acima.

3. Sendo assim, entendemos, *s.m.j.*, que o custo estimado para 08 (oito) inscrições no valor de **R\$ 12.000,00 (doze mil reais)** atende aos preceitos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 7º, § 2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas com a execução decorrentes da presente contratação correrão, neste exercício, à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União ao Contratante;

10.2. A dotação orçamentária será definida após envio dos autos à unidade técnica competente.

11. Unidade responsável pela elaboração do Termo de Referência

Seção de Capacitação (SECAP).

12. Elaborado por

Bianca Thais de Souza Crocamo

13. Revisado por

Sérgio da Silva Ribeiro

(datado e assinado eletronicamente)

Bianca Thais de Souza Crocamo

Chefe da Seção de Capacitação

DESPACHO DO COORDENADOR DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E DESEMPENHO

De acordo com o Termo de Referência elaborado pela Seção de Capacitação.

Encaminhem-se os autos à Secretária de Gestão de Pessoas.

(datado e assinado eletronicamente)

Sérgio da Silva Ribeiro

Coordenador de Educação, Saúde e Desempenho

DESPACHO DA SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS

De acordo com o Termo de Referência elaborado pela Seção de Capacitação e ratificado pela Coordenadoria de Educação, Saúde e Desempenho.

Com intuito de conferir celeridade ao procedimento, encaminhem-se os autos à Secretaria de

Administração e Orçamento para que proceda ao enquadramento da despesa e verificação da existência de disponibilidade orçamentária e financeira para custeá-la.

Após, à Diretoria-Geral para apreciação.

(datado e assinado eletronicamente)

Milena Jorge Gonçalves
Secretária de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **MILENA JORGE GONÇALVES, SECRETÁRIO(A)**, em 25/07/2024, às 17:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BIANCA THAÍS DE SOUZA CROCAMO, TÉCNICO JUDICIÁRIO**, em 26/07/2024, às 12:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SÉRGIO DA SILVA RIBEIRO, TÉCNICO JUDICIÁRIO**, em 26/07/2024, às 12:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei4.tre-go.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0829431** e o código CRC **2136D2A2**.